

**LEI Nº 4.052, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**“Modifica a denominação da Rua 16, no bairro Flamboyant Residencial Park, para Rua Honorino Porfírio de Matos”.**

**Autoria:** Vereador Osmar de Matos

Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - A Rua 16, no bairro Flamboyant Residencial Park, no Município de Ponta Porã, passa a denominar-se Rua “Honorino Porfírio de Matos”.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 03 de Novembro de 2014.

**Ludimar Godoy Novais**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.055, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**“Dispõe sobre a desafetação de áreas de terras municipais da classe de bens de uso comum para bens dominicais, visando à doação onerosa para a Sociedade Administradora e Gestão Patrimonial Ltda - UNIESP, e dá outras providências.”**

Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica desafetado da classe de bens de uso comum do povo, para enquadramento na classe de bens dominicais, a área de terra de propriedade do Município de Ponta Porã, registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Ponta Porã, sendo: Área institucional 06, com 59.529,08 m², do Loteamento denominado “Deltapark”, conforme matrícula n.º. 52.112-L 02.

**Art. 2º** - O Município de Ponta Porã fica autorizado a doar de forma onerosa o imóvel mencionado no art. 1º à **Sociedade Administradora e Gestão Patrimonial Ltda – UNIESP**, pessoa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.120.096/0001-08, para implantação da instituição de Ensino no local, visando o desempenho das suas finalidades institucionais na área, com a construção do prédio para atender há princípio, os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Letras, Geografia e História.

**Parágrafo Único:** A instituição donatária terá o prazo de 05 (cinco) anos para a conclusão da estruturação e início de suas atividades.

**Art. 3º** - A contrapartida da donatária será prestada através de concessão de bolsas de estudo que totalizam o valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), que serão subdivididos nos cursos apresentados no artigo anterior.

**§ 1º** - Os estudantes serão selecionados pela Faculdade, a partir da lista de nomes enviada pelo Município de Ponta Porã, com base na nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, exigindo-se no exame a obtenção de média mínima 5,0 (cinco).

**§2º** - A forma de concessão das bolsas será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

**§3º** - É de inteira responsabilidade do Município o envio da relação dos candidatos até o início de cada semestre letivo para a realização da seleção pela Faculdade.

**§4º** - Inexistindo candidatos aptos, a Instituição notificará o Município para que envie nova lista de candidatos, até o preenchimento total das vagas.

**§5º** - Os alunos beneficiados com as bolsas deverão obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina, sob pena de perda do benefício.

**Art. 4º** - Do instrumento de doação onerosa constará:

I – Cláusula de reversão, na hipótese de descumprimento do Parágrafo Único do artigo 2º;

II – Cláusula que contenha a obrigação de recolher todos os tributos federais e estaduais no Município de Ponta Porã;

III – Cláusula especificando que em caso de recuperação judicial ou falência o Município terá o direito de preferência em relação aos imóveis doados;

IV – Cláusula determinando que a entidade donatária não poderá, sem anuência do doador, alterar seus objetos sociais;

V – Cláusula fixando que, em caso de hasta pública, o Município terá direito de preferência sobre os imóveis;

VI – Cláusula impeditiva de modificação da destinação dos imóveis doados;

VII – Cláusula determinando que a donatária se utilize da área doada para o cumprimento dos seus objetivos sociais;

**Art. 5º** - O não cumprimento das obrigações assumidas poderá determinar o cancelamento dos benefícios concedidos, como também a reversão do imóvel objeto da doação onerosa ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias neles existentes, independente de interpelação judicial.

**Art. 6º** - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS, 17 de Novembro de 2014.

**Ludimar Godoy Novais**  
Prefeito Municipal